

DEMOCRACIA DIGITAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

DIGITAL DEMOCRACY AND CITIZEN PARTICIPATION: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS

Antonio João de Oliveira VIANNA JUNIOR¹

Júlio César Andrade de ABREU²

Weslei Jardim BATISTA³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo construir o arcabouço teórico acerca da temática de participação cidadã, democracia digital ou eletrônica e ciberdemocracia. Levando em consideração que, segundo Head (2008), o processo formal de representação da democracia institucionalizada, na qual a sociedade é representada através de seus candidatos eleitos, já não é considerado suficiente em termos de participação popular, aponta-se para uma necessidade natural de ampliação das formas de participação popular. Para atender ao objetivo foi realizada uma análise bibliométrica sobre o que os pesquisadores da Área de Administração apontam acerca da temática supracitada no Brasil. A análise foi realizada através do levantamento dos artigos publicados nos eventos vinculados à ANPAD e nas bases de dados Spell e Scielo. O intervalo de tempo considerado para a realização da pesquisa foi do ano de 1997, ano base de início da base de dados ANPAD, até 2017. Como resultado constatou-se uma pouca expressão nacional na quantidade artigos publicados, no entanto, verifica-se um recente crescimento do interesse nas publicações da área estudada enfatizando seu potencial de exploração científica.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia Eletrônica. Democracia Digital. Participação Cidadã. Ciberdemocracia.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira prevê no seu artigo 1º, parágrafo único, que “[...] todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Desta forma, legitimam-se os direitos e deveres da população em manifestar suas necessidades e opiniões sobre a condução do nosso País. “Assim que as questões públicas deixam de ser as questões principais dos cidadãos e estes preferam servir com suas carteiras antes do que com a sua pessoa, o estado estará próximo da ruína” (ROUSSEAU, 2002, p.45). Segundo Matos (2012), a democracia legítima não é definida apenas pelo fiel seguimento de seus processos, mas acrescido, deve incluir eficientemente, a esfera cidadã em seus processos. Neste contexto, a participação dos cidadãos é, constantemente, considerada como um valioso elemento de cidadania democrática e de tomada de decisão (MICHELS, 2011). O mesmo autor aponta ainda que fatores positivos à democracia, como o aumento do

¹ Mestrando em Administração pelo PPGA/UFF Volta Redonda-RJ, Brasil. E-mail: viannajunior09@gmail.com

² Professor Adjunto do Curso de Administração Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF), Pólo Universitário de Volta Redonda. Volta Redonda, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: jandrade0@gmail.com

³ Professor dos Cursos de Bacharelado em Administração e Tecnólogo em Logística da Associação Educacional Dom Bosco (AEDB). Resende, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: wesleibatista.adm@gmail.com

conhecimento de questões, desenvolvimento de habilidades cívicas e engajamento público e contribuições para o apoio à tomada de decisão dos participantes, são evidenciadas como consequência do envolvimento dos cidadãos.

Neste contexto, pode-se constatar o crescimento do número de iniciativas de implementação de ferramentas que viabilizam a participação cidadã na gestão pública, através da interação dos cidadãos com os gestores públicos, seja por portais institucionais ou de redes sociais que cobram e divulgam as ações realizadas nas prefeituras. Os portais de governo são considerados como a ferramenta principal que proporciona a interação da população através da internet (BRAGATTO, 2007; AKUTSU e PINHO, 2002).

O surgimento e desenvolvimento dos meios de Tecnologia, Informação e Comunicação (TICs) seguem influenciando o processo de reestruturação dos sistemas políticos europeus. Além disso, seus elementos de comunicação e interação permitem que os processos possam evoluir no sentido de melhorar o funcionamento do sistema democrático e ainda para novos modelos de democracia (COLOMBO, 2006). Neste sentido, o Governo Brasileiro, através da Política Nacional de Participação Social, instituída pelo Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014, destaca:

A política abre caminho para as novas formas de participação social, por meio das redes sociais e dos mecanismos digitais de participação via internet que colocam o Brasil à frente na agenda internacional de participação social, conferindo protagonismo aos novos movimentos sociais em rede (BRASIL, 2014).

Diante do exposto e visando um aprofundamento do tópico em questão, surge o seguinte questionamento: Como é apresentada a bibliometria acerca da temática Democracia Digital, e termos correlatos, e Participação Cidadã?

O interesse no estudo da relação da Sociedade com o Estado através de TICs se mostra atual e pertinente por se tratar de amplas formas de análises e pesquisas que possibilitam o engrandecimento do conhecimento científico. Neste escopo, este artigo busca realizar uma análise bibliométrica sobre o tema *Democracia Digital e Participação Cidadã* através das publicações constantes das bases de dados dos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), Spell e Scielo no período de 1997 a 2017.

Visando atingir o objetivo proposto, o presente artigo se encontra dividido em quatro seções, contando com a introdução. Na segunda seção é apresentada uma breve revisão da literatura, com o objetivo de ambientar os leitores e esclarecer sobre o problema de pesquisa. Na terceira seção é realizada a apresentação e análise dos resultados encontrados, expondo ainda a metodologia aplicada. Finalizando, a quarta seção conclui com as considerações finais.

1 - BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Gohn (2002) aponta que, na década de 1990, a alteração do ponto de vista que enxergava a participação passou a enxergar com o paradigma da Participação Cidadã, o qual era baseado na ampliação dos direitos sociais, na expansão do entendimento de cidadania e numa percepção atual do papel do Estado. A mesma autora aponta, ainda, que não se pode imputar unicamente à sociedade civil a necessidade de inovação e dinamização dos canais de participação, sendo de vital importância a inclusão da sociedade política neste contexto, através do desenvolvimento de políticas públicas.

Segundo Teixeira (1999), as organizações da sociedade civil têm desempenhado o papel de contribuir para uma mudança da constituição do poder e da forma de fazer política, principalmente no espaço local, porém, sem ainda disporem de força satisfatória para alterar as relações e efetivar uma participação cidadã.

De acordo com Addor (2016), a estrutura de análise das práticas de democracia participativa pode ser desdobrada a partir de duas vertentes. A primeira se refere à necessidade de uma cultura política que possibilite uma participação concreta e soberana nos espaços públicos. Já a segunda aponta para a viabilização de uma estrutura política participativa que proporcione a participação de cidadãos independentes e responsáveis na definição de políticas públicas, incluindo os espaços institucionalizados pelo Estado e, ainda, as arenas da sociedade, locais estes que ocorrem as trocas de informações, debates e decisões sobre os problemas locais.

Um ideal contemporâneo mais praticável é o de que os governos democráticos ofereçam oportunidades para que qualquer cidadão participe de deliberações diretas e, ao mesmo tempo, para que aqueles que participam estejam ligados a uma rede de outros cidadãos com os quais se comunicam, mesmo que esses outros não estejam diretamente envolvidos nas tomadas de decisão. (FUNG; COHEN, 2007)

Feenberg (1992) define tecnologia como um agrupamento elaborado de atividades relacionadas que estagna ao redor do desenvolvimento de ferramentas e de seu uso em todas as sociedades. A consolidação de uma concreta democracia é alimentada pelo avanço de novas técnicas e métodos desenvolvidos através dos fenômenos de rapidez da transição de informações, de interatividade desencadeada pelas redes sociais, das plataformas de participação popular, da difusão do acesso à internet dentre outros (ALMEIDA; BAUTISTA; ADDOR, 2017). Segundo Castells (2003), a internet é um meio ideal para promoção da democracia, tendo em vista que a amplitude do acesso à informação possibilita que os cidadãos estejam melhor informados e atualizados sobre o desenvolvimento das atividades de seus representantes eleitos. No que tange à Administração Pública e à Democracia Brasileira, Nunes (2015) aponta que os meios de Tecnologia Informação e Comunicação (TIC) são ferramentas integrantes de um novo delineamento da administração pública eletrônica, fundamentado no surgimento de novas estruturas e formas de interação política.

Podem-se identificar diversos estudos de inserção da internet na dinâmica política com o objetivo de desenvolver a participação da sociedade e estreitar as relações entre os cidadãos e seus representantes, desenvolvendo assim o aumento do interesse na política e viabilizando uma educação democrática (COLOMBO, 2006). Não haverá fortalecimento da democracia, caso a institucionalização de novas estruturas políticas de espaços digitais de participação política não avancem juntamente com uma modernização da cultura política atualmente enfraquecida (ALMEIDA; BAUTISTA; ADDOR, 2017).

2 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A metodologia utilizada como coleta de dados foi o levantamento documental através de consulta online. Buscou-se identificar os artigos relacionados ao tema da democracia participativa digital disponíveis no repositório de eventos da ANPAD e nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), no período de 1997, limite inferior da base de dados da ANPAD, a 2017.

Visando a obtenção de resultados amplos, em cada base de dados pesquisada foi utilizado o operador lógico booleano OR combinando os termos: democracia digital; democracia eletrônica; ciberdemocracia; e participação cidadã. De modo a atender o objetivo da bibliometria voltada para a área de estudo pretendida, foram filtrados os resultados da área de Administração e afins. Na base de dados da ANPAD, na qual é possível buscar trabalhos publicados nos eventos da Associação, foram encontrados apenas 9 artigos como resultado. Na base de dados da SciELO, obteve-se como resultado da pesquisa 38 artigos; e na base de dados SPELL um total de 40 artigos. Excluindo os artigos que se encontravam em duplicação em duas ou mais bases, a pesquisa consolidou 55 artigos para análise. Em uma fase posterior, os artigos encontrados foram separados por ano, de modo a permitir uma análise da evolução da quantidade de publicações acerca da temática alvo, conforme tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Quantidade de artigos publicados por ano.

Ano	Publicações
1997	0
1998	0
1999	2
2000	0
2001	1
2002	2
2003	1
2004	1

2005	2
2006	2
2007	2
2008	3
2009	2
2010	9
2011	0
2012	2
2013	1
2014	5
2015	3
2016	13
2017	4
Total	55

Fonte: Elaboração própria

Em 1999, encontra-se o primeiro trabalho de Elenaldo Celso Teixeira, intitulado *Sociedade civil e seu papel político: o local e o global como espaços de participação cidadã*, cujo objetivo foi localizar as experiências e ações coletivas ocorridas em diversos países defronte aos desafios colocados pela globalização. Através de uma revisão da literatura eficiente, Teixeira (1999) ressalta a potencialidade da contribuição da sociedade civil na efetivação da democracia, contanto que os atores ativos neste processo sejam cientes dos limites e da dimensão inerente à participação cidadã e, ainda, apliquem as ferramentas institucionalizadas disponíveis para alterar as relações com o Estado e o Mercado.

Em que pese o fato das produções bibliográficas analisadas no período de 2000 a 2010 terem sido quantitativamente reduzidas, existem trabalhos que merecem destaque nesta bibliometria. Em 2002, o autor Marco Aurélio Ruediger publicou o artigo *Governo eletrônico e democracia – uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública*, cujo objetivo foi a discussão da efetividade do desenho de políticas públicas no desenvolvimento de sistemas de governo. O autor conclui o artigo sugerindo alguns parâmetros para mensuração de um governo eletrônico ideal, fato este que contribuiu com o aprofundamento das pesquisas na área. O mesmo autor, em 2003, publicou o artigo *Governança democrática na era da informação* que buscou identificar de que forma os mecanismos de governo eletrônico poderiam viabilizar a reestruturação da Administração Pública, no que tange à eficiência governamental e transparência pública com a sustentação dos cidadãos. Como conclusão, Ruediger (2002) apresenta uma proposta de planejamento estratégico para o governo digital, visando a superação das dificuldades encontradas no seu desenvolvimento.

Em 2008, o artigo *Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia* apresenta uma pesquisa marcante e bem atual, com o objetivo de identificar nos portais eletrônicos dos Governos Estaduais no Brasil, iniciativas e práticas do governo eletrônico que buscam a ampliação da democracia através de processos digitais. O autor José Antonio Gomes de Pinho (2008) aponta em suas conclusões que pouco se encontrou acerca de ações de ampliação da democracia digital no Brasil, indicando que estes processos ainda se encontram em construção na nossa sociedade. Em 2010, outro artigo que se caracteriza como um marco nesta bibliometria é intitulado *Sete teses equívocas sobre a participação cidadã: o dilema da democracia direta no Brasil* e teve como objetivo analisar os limites e possibilidades da democracia direta, partindo do exame de algumas premissas preliminares ao contexto da participação, contribuindo para uma reflexão e o aprofundamento das pesquisas.

A partir de então, de 2010 aos dias atuais, vislumbra-se um crescimento do interesse em pesquisas sobre democracia digital e participação cidadã, principalmente no que tange a experiências locais, especificamente em gestão pública municipal. Os artigos *Modelos de Democracia Eletrônica: Analisando o Orçamento Participativo Digital*, *Sentidos e significados da participação democrática através da Internet: uma análise da experiência do Orçamento Participativo Digital* e *Movimento Minas: a participação cidadã Via Internet no Estado de Minas Gerais* são exemplos deste enfoque.

É possível observar na Tabela 1, que a quantidade de publicações relacionadas à participação do cidadão na democracia através de meios digitais se faz mais expressiva nos anos de 2010 e 2016, não desconsiderando ainda as potenciais publicações de 2017. Acredita-se que dentre os motivos que possam ter causado o interesse por estudos na área, merecem destaque a evolução tecnológica e a consequente viabilização do acesso à informação por parte dos cidadãos, juntamente com a obrigatoriedade da transparência pública através da Lei de Acesso à Informação.

No desenvolvimento da pesquisa, realizou-se ainda uma leitura substancial dos artigos selecionados e foram relacionados os dados de interesse de análise primária, tais como: tema central; periódico e evento de publicação; principais autores e suas organizações; e quantidade de citações de cada publicação.

Na tabela 2, foram consolidados os dados dos periódicos e/ou eventos que tiveram maior número de publicações encontradas na pesquisa realizada, incluindo ainda o qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no quadriênio 2013-2016, disponível na plataforma sucupira. A Capes, fundação do Ministério da Educação, busca desenvolver a ampliação e o fortalecimento dos cursos de mestrado e doutorado em todo Brasil. Dentre as suas atividades agrupadas em linhas de ação, destaca-se a de acesso e divulgação da produção científica. A classificação dos periódicos ocorre através de áreas de avaliação e anualmente é atualizada. Os periódicos são classificados através de indicadores de qualidade sendo A1, o mais elevado, seguido gradualmente por A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Na ocorrência do periódico produz-

ir publicações de mais de uma área, a avaliação se dá separadamente por área abordada (CAPES, 2017).

Tabela 2: Artigos encontrados por periódicos com Qualis CAPES

Periódicos / Eventos	Nr de Publicações	Qualis CAPES
Revista de Administração Pública	10	A2
Organizações & Sociedade	7	A2
Revista Katálysis	4	B1
EnANPAD	3	-
EnAPG	3	-
Revista do Serviço Público	2	B2
RAE Eletrônica	2	A2
Cadernos EBAPE.BR	2	A2
Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	2	B2
Revista de Administração Contemporânea	2	A2
Sociedade e Estado	2	B1
Revista Capital Científico – Eletrônica	2	B3
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	2	B2

Fonte: Elaborada pelos autores tomando por base os dados da CAPES (2017)

Segundo Barata (2016), o qualis periódicos é um dos instrumentos que são utilizados como parâmetro de avaliação dos Programas de Pós-graduação do Brasil e, assim sendo, apóia os comitês de avaliação na análise e qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos Programas credenciados pela Capes. A mesma autora evidencia, ainda, o qualis periódicos como uma das principais ferramentas para a avaliação da produção intelectual, conciliando o aspecto qualitativo ao quantitativo. Caso o periódico seja classificado em duas ou mais áreas, pode receber avaliações distintas. Tal classificação, porém, não objetiva estabelecer a qualidade dos periódicos de forma absoluta.

Em relação aos periódicos com maior número de publicações, identificados na tabela 2, pode-se observar um destaque efetivo para a Revista de Administração Pública com 10 artigos encontrados e a revista Organizações e Sociedade com 7. Outro fator de relevância encontrado na tabela 2, se refere à qualificação dos periódicos, que se encontram entre A1 e B3. Este fato indica a alta credibilidade e reconhecimento das publicações encontradas, o que se pressume uma confiança nas pesquisas. Aponta-se que não há a avaliação do qualis capes para eventos, não sendo possível avaliar os Eventos destacados na tabela 2.

Em que pese o fato do número de artigos encontrados nas bases analisadas, 55 no total, não representar uma quantidade elevada de produções bibliográficas, foi verificado que as formas de abordagem do tema eram significativamente distintas. Desse modo, de forma a viabilizar o estudo em questão, foi realizada uma categorização dos artigos conforme abordagem.

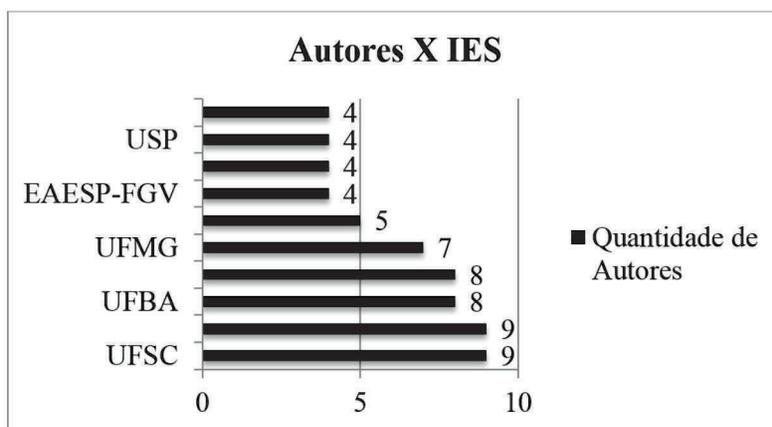
Segundo Bardin (1977), a categorização é caracterizada pela classificação de elementos que constituem um conjunto e se processam por diferenciação e, conseqüentemente, por reagrupamento conforme os critérios pré definidos. As categorias aplicadas foram: Gestão de Políticas públicas e participação; Democracia Digital e Governança; Governo Eletrônico e Democracia Paraticipativa; Políticas Sociais e Participação popular; e Participação cidadã e Democracia.

Tabela 3: Categorização dos Artigos conforme Abordagem

Categorias	Enfoque/Tema	Nr de Artigos
Gestão de Políticas Públicas e participação	Políticas públicas participativas e a inclusão dos cidadãos no processo de decisão	22
Democracia Digital e Governança	Governança da Gestão Pública pelo uso da internet e transparência	13
Governo Eletrônico e Democracia participativa	Experiências de participação cidadã digital nas esferas governamentais	10
Políticas Sociais e Participação popular	Gestão e Controle Social com a participação da sociedade	6
Participação Cidadã e Democracia	Relação/Definição do conceito de Democracia e seus tipos em conexão com participação popular	5

Fonte: Elaboração própria

Conforme a tabela 3, as categorias apontadas foram correlacionadas com os enfoques ou temas destacados e com as respectivas quantidades de artigos encontrados. Verifica-se o destaque da categoria Gestão de Políticas Públicas e Participação com 22 artigos, representando 40% do total analisado. Enquadrou-se nesta categoria, artigos que possuem enfoque sobre políticas públicas participativas e com a inclusão dos cidadãos no processo de decisão. Como exemplos de artigos desta categoria, tem-se os artigos intitulados “Prevenção integrada: novas perspectivas para as políticas de segurança no Brasil” do autor Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e o artigo “Presença e ação dos supostos intangíveis na formulação de políticas públicas: o valor da opinião pública”, dos autores Douglas Filenga e Luiz Roberto Alves.

Figura 1: Quantidade de Autores por Estabelecimento de Ensino

Fonte: Elaboração própria

Em uma outra análise acerca dos autores, verificou-se como estão distribuídas as Instituições de Ensino Superior (IES) com maior número de autores, conforme ilustrado na Figura 1. Observa-se que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresentam destaque com maior número de autores de trabalhos na área analisada. Este fato evidencia a existência de pólos regionais de desenvolvimento de pesquisas com temáticas relacionadas à democracia digital e participação cidadã.

Dentre os 55 artigos analisados nesta pesquisa, verificou-se a existência de 89 autores distintos, dentre os quais apontam-se na tabela 4, os que tem maior quantidade de artigos publicados. O autor Júlio Cesar Andrade de Abreu, da UFF, possui quatro artigos publicados, seguido dos autores Augusto Paulo Guimarães Cunha (UFF), José Antonio Gomes de Pinho (UFBA), Denis Alcides Rezende (PUC-PR), Paloma Maria Santos (UFSC) e Aires José Rover (UFSC). A correlação existente na tabela 4, com a Instituição de Ensino Superior, permite evidenciar a compatibilidade dos autores com maior número de publicações pertencentes às IES com maior quantidade de autores, representado na Figura 1.

Tabela 4: Autores mais prolíficos

Autor	IES	Qtd de Artigos
Júlio Cesar Andrade de Abreu	UFF	4
Augusto Paulo Guimarães Cunha	UFF	3
José Antonio Gomes de Pinho	UFBA	3
Denis Alcides Rezende	PUC-PR	3
Paloma Maria Santos	UFSC	3
Aires José Rover	UFSC	3
Lucimar Ferraz de Andrade Macedo	UFRRJ	2
Lamounier Erthal Villela	UFRRJ	2
Ana Paula Paes de Paula	UFMG	2
Marciele Berger Bernardes	UFSC	2
Frederico Lustosa da Costa	UFF	2
Clovis Ultramari	PUC-PR	2

Fonte: Elaboração própria

Na continuidade da bibliometria realizada, através de consulta à base de dados do *Google Scholar*, foram levantadas as quantidades de citações que cada artigo possuía, sendo distinguidos os autores e obras com maior número de citações, conforme tabela 5 representada.

Tabela 5: Artigos mais citados.

Título	Autores	Citações
Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia	José Antonio Gomes de Pinho	200
Governo eletrônico e democracia – uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública	Marco Aurélio Ruediger	60
Governança democrática na era da informação	Marco Aurélio Ruediger	58
Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual	Denis Alcides Rezende; Clovis Ultramari	58

A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro	Tomas de Aquino Guimarães; Paulo Henrique Ramos Medeiros	35
Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação	Marciele Berger Bernardes; Paloma Maria Santos; Aires José Rover	17
Índice de governança eletrônica dos estados Brasileiros (2009): no âmbito do poder executivo	Gilmar Ribeiro de Mello; Valmor Slomski	16
Gestão dos serviços públicos e participação cidadã: estudo com os beneficiários do Programa Bolsa Família	Vera Lúcia Peixoto Santos Mendes ; Angela Maria Gordilho Barbosa ; Jorgas Marques Rodrigues	16
O uso de meios eletrônicos no relacionamento do parlamentar com o cidadão nos municípios brasileiros	Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha	16
Observatórios Sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí	Paula Chies Schommer; Rubens Lima Moraes	15

Fonte: Elaborada pelos autores com base no *Google Scholar* (2017)

Neely (2005) indica que o estudo das citações de um trabalho possibilita o reconhecimento de trabalhos distintos, das referências utilizadas e diferencia os autores do estudo. Tendo em consideração que a quantidade de citações de uma pesquisa transmite o tamanho do impacto que ela produz na sua área, releva-se o autor José Antonio Gomes de Pinho, da Universidade Federal da Bahia, que tem sua obra intitulada *Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia* destacada com relevante impacto na área de Democracia Digital e Participação Cidadã. As demais obras incluídas na tabela 5, também apresentam significativa quantidade de citações, corroborando para a distinção dos trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou a pesquisa cujo objetivo principal foi realizar a análise bibliométrica das publicações com a temática de Participação Cidadã e os termos congêneres de Democracia Digital, Democracia Eletrônica e Ciberdemocracia. Foi evidenciado que as contribuições da área estudada se fazem ainda com pouca expressão nacional. Os 55 artigos encontrados indicam uma lacuna para desenvolvimento e fomento de maior quantidade de pesquisas. As publicações encontradas se expressam com maior vulto nos anos de 2010, 2014 e 2016. Ademais encontravam-se ainda em fase de produção e submissões as publicações no ano de 2017, o qual apresenta possibilidade de manutenção e ampliação das publicações efetivas.

Com relação aos periódicos das publicações encontradas, cabe destaque para a Revista de Administração Pública, a Revista Organizações & Sociedade e a Revista *Katálysis*, todas representantes de excelentes índices de avaliações do qualis Capes. Este fato identifica o alto poder de impacto e relevância das publicações encontradas, o que corrobora com a continuidade das pesquisas. No que tange a Eventos da ANPAD, destacam-se o EnANPAD e o EnAPG.

Os diferentes enfoques encontrados e oportunamente categorizados, identificaram um maior interesse em pesquisas de Gestão de Políticas Públicas e Participação que abordam as políticas públicas participativas e a inclusão dos cidadãos no processo de decisão. Neste espectro, identifica-se a predominância de artigos que estudam o poder local, através das esferas municipais e estaduais.

Foram identificadas ainda as Instituições de Ensino Superior que mais produziram artigos no período analisado, merecendo destaque a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Corroborando com este fator analisado, oportuno enfatizar que os autores mais prolíficos pertencem as organizações destacadas, o que salienta a identificação dos IES como pólos de referência de pesquisas e estudos nesta temática.

Os artigos elencados com maiores números de citações ressaltam que, através da replicação dos estudos consolidados, retrata-se a credibilidade e a magnitude da produção encontrada. Como limitação do estudo, identifica-se os termos utilizados nas bases de busca e a seleção das bases para análise que, como forma de sugestão para trabalhos futuros, poderão ser ampliados visando um ampliação da pesquisa. Sugere-se, ainda, como possibilidade de estudos futuros, a utilização de outros enfoques categorizados como Gestão e Controle Social com a participação da sociedade e a correlação da participação cidadã pelo uso da internet e transparência pública.

VIANA JÚNIOR, A. J. O.; ABREU, J. C. A.; BATISTA, W. J. Digital Democracy and Citizen Participation: a bibliometric analysis. *ORG & DEMO* (Marília), v. 19, n. 2, p. 49-62, Jul./Dez., 2018.

Abstract: This article aims to build the theoretical framework on the subject of citizen participation, digital or electronic democracy and cyberdemocracy. Taking into account that, according to Head (2008), the formal process of representation of institutionalized democracy, in which society is represented through its elected candidates, is no longer considered sufficient in terms of popular participation, points to a natural need for broadening the forms of popular participation. In order to meet the objective, a bibliometric analysis was carried out on what the researchers of the Administration Area pointed out about the aforementioned thematic in Brazil. The analysis was carried out through the survey of the articles published in the events linked to the ANPAD and in the Spell and Scielo databases. The time interval considered for the survey was 1997, the base year of the ANPAD database, until 2017. As a result, there was a little national expression in the number of published articles, however there is a recent interest growth in the publications of the studied area emphasizing its potential for scientific exploration.

Keywords: Electronic Democracy. Digital Democracy. Citizen Participation. Cyberdemocracy.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, Felipe. **Teoria democrática e poder popular na América Latina**. Florianópolis: Insular, 2016
- ALMEIDA, L. R. M.; BAUTISTA, J. B.; ADDOR, F. Potencialidades e limites do uso da tecnologia para o aprofundamento da democracia. **Revista Tecnologia Social**. Curitiba, v. 13, n. 27, p. 208-226, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/4908>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017.
- AKUTSU, L; PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo do Brasil. In: XXVI Encontro Anual Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. **Anais em CD**. Salvador: Anpad, setembro, 2002.
- BARATA, Rita de Cássia B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v.13, n. 30, p. 013-040, jan./abr. 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRAGATTO, R. **Participação democrática e internet**: Uma breve análise dos websites dos Governos Federais dos quatro maiores Países Sulamericanos. Curitiba: UFPR, 2007.
- BRASIL, C. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- COLOMBO, C. Innovación democrática y TIC, ¿ hacia una democracia participativa? **Revista de Internet, Derecho y Política**. Catalunya, n. 3, p. 7, 2006.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Brasília. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2017.
- FEENBERG, A. Subversive rationalization: Technology, power and democracy. **Inquiry**. Oslo, v. 35, n. 3-4, p. 301-322, sept./dec. 1992.
- FUNG, A.; COHEN, J. Democracia Radical. **Revista Política & Sociedade**. Florianópolis, n.11, p. 221-237, out., 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewArticle/1293>>. Acesso em: 18 set. 2017.
- GOHN, M. G. (1990). Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, n.7, p. 9-31, 2002.
- HEAD, B. W. Community Engagement: Participation on Whose Terms? **Australian Journal of Political Science**. Sydney, v. 42, n. 3, p. 441-454, 2008.
- MATOS, A. R. Democracia, participação cidadã e políticas públicas: uma avaliação a partir das ações de protesto. **Revista Configurações**. Braga, v. 10, 2012. Disponível em <<http://configuracoes.revues.org/1382>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- MICHELS, A. Innovations in democratic governance: how does citizen participation contribute to a better democracy? **International Review of Administrative Sciences**. New York, v. 77, n. 2, p. 275-293, 2011.

NEELY, A. The evolution of performance measurement research: developments in the last decade and a research agenda for the next. **International Journal of Operations & Production Management**. Yorkshire, v. 25, n. 12, p. 1264-1277, 2005.

NUNES, D. S. Desdobramentos da democracia brasileira a partir da experiência do governo aberto. In: XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. **VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos**, 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidssp/article/view/13234/2278>>. Acesso em: 18 Setembro 2017.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**: princípios do direito político. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política Nacional de Participação Social**. Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/participacao-social/politica>>. Acesso em: 15 set. 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Sociedade civil e seu papel político: o local e o global como espaços de participação cidadã. **Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 6, n. 14, p. 105-114, abr., 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198492301999000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92301999000100004>.

Submetido em: 20/12/2017

Aceito em: 09/11/2018